



COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SÃO PAULO

CNPJ 61.585.220/0001-19

Secretaria de Agricultura e Abastecimento de SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Estado e o Brasil	
Comércio	
Indústria	
Transporte	
Aluguel e serviços	
Serviços	
Outros	

Senhores Acionistas,

Em observância às disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação e deliberação de V.S.as as contas relativas ao exercício findo em 31/12/2015, com seus demonstrativos financeiros, composto pelo balanço patrimonial, demonstração de resultado do exercício, fluxo de caixa, valor adicionado e, mutações do patrimônio líquido, juntamente com as notas explicativas, que fazem parte das demonstrações financeiras ora apresentadas. São Paulo, 15 de março de 2016.

A DIRETORIA

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Valores expressos em mil de reais)			
ATIVO	Notas	31/12/2015	31/12/2014
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.984.473	2.723.548
Aplicações Financeiras	4	89.439	1.279.770
Clientes	5	6.077.195	31.346.209
Estoques	6	573.765	692.399
Impostos a recuperar	7	182.930	3.795.959
Créditos com funcionários	8	282.907	409.227
Outras contas a receber		528.648	285.070
Total do ativo circulante		14.719.357	40.532.182
NÃO CIRCULANTE			
Clientes	5	16.106.852	397.826
Depósitos judiciais	9	221.093	281.445
		16.327.945	679.271
Investimentos	10	58.353	58.353
Propriedade para investimentos	10	26.549.221	26.549.221
Imobilizado	11	9.508.862	9.827.656
Intangível		146.196	172.930
Total do não circulante		52.590.577	37.287.431
TOTAL DO ATIVO		67.309.934	77.819.613

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Valores expressos em mil de reais)

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Receita operacional líquida	18	56.618.948	115.878.980
Receita líquida		56.618.948	115.878.980
Custos	19	(52.083.559)	(96.242.909)
Lucro bruto		4.535.389	19.636.071
Despesas administrativas	20	(22.988.289)	(35.052.038)
Outras receitas e despesas	21	1.157.732	6.823.619
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(17.295.168)	(8.592.348)
Resultado financeiro líquido	22	(195.651)	193.251
RESULTADO DO EXERCÍCIO		(17.490.819)	(8.399.097)
Número de ações		18.780.945.481.834	18.780.945.481.834
Prejuízo por ação		(0,009265)	(0,004472)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Valores expressos em mil de reais)

	31/12/2015	31/12/2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(17.490.819)	(8.399.096)
Depreciações e amortizações	2.231.000	2.539.002
Provisão para perdas de créditos	254.377	136.808
Provisão para Férias e encargos sociais	631.715	3.118.265
Ganho na venda de ativo imobilizado	(507.105)	-
Provisão para contingências trabalhistas e Civis	1.912.883	12.237.492
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	21.764.815
Outros ajustes no resultado	(95.700)	-
Resultado	(13.063.649)	31.397.286

(Aumento) redução dos ativos circulante e não circulante

Clientes	9.303.000	(1.852.809)
Impostos a Recuperar	3.613.029	(1.725.933)
Estoques	118.634	(8.523)
Créditos de funcionários	126.320	(364.758)
Outras contas a receber	(243.578)	(203.457)
Depósitos Judiciais	60.352	(365)

Aumento (redução) dos passivos circulante e não circulante

Fornecedores	(262.963)	407.140
Obrigações Trabalhistas	(698.612)	693.476
Obrigações tributárias	1.713.253	536.731
Adiantamentos de Clientes	-	(26.786)
Outras contas a pagar	524.381	220.373
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	(731.646)

Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais

Fluxo de caixa das atividades de investimentos

Adições de Imobilizado e Intangível	(3.314.000)	(28.722.728)
Baixas de Imobilizado e Intangível	1.402.227	-

Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

Recebimentos para aumento de capital	3.792.200	1.225.295
Resultado	3.792.200	1.225.295

Aumento (redução) do capital circulante líquido

Saldo inicial de caixa	4.003.317	3.160.021
Saldo final de caixa	7.073.911	4.003.317
Resultado	3.070.594	843.296

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(a) A rubrica "Clientes", registrada no valor de R\$ 12.131.679 em 2015 (R\$ 9.763.910 em 2014) refere-se às faturas em aberto relativas aos serviços prestados pela Companhia. (b) Em 2015, foram firmados acordos e parte já foi recebida. Esses acordos são com os Consórcios ABSPP, Cidades Amigas, Conisud, Futuro Melhor e Vale do Rio Grande. O saldo em 31 de dezembro de 2015 de cada acordo ou ação está demonstrada no quadro a seguir:

Consórcios	Valor
Central	1.355.946
Rondon / Castelo	1.038.152
Terra Nova	1.019.154
Cidades Amigas	937.767
Conisud	562.591
Serras a Aguas	500.939
Condensul	476.487
Sabas	301.069
Vizinhos da Castelo	224.601
Superação Pró-Estrada	149.462
Novos Caminhos	139.587
Renovando Estradas	139.060
Agroestrada	99.563
Cimpag	97.819
Total	7.042.197

(c) Referem-se a precatórios a receber junto a algumas prefeituras, os quais já estão transitados em julgado e com ofícios requisitórios. (d) Os serviços executados a faturar registram o reconhecimento da receita pelo andamento da execução das obras, segundo CPC 17 (R1) - Contratos de Construção, relativos ao IAS 11. Esse CPC determina a aplicação do método da porcentagem completada. Segundo esse método, a receita é reconhecida na Demonstração do Resultado do Exercício de acordo com a execução da obra e, a emissão da nota fiscal eletrônica é realizada na entrega técnica da obra. Em 2015, essa entrega eletrônica gerou o seguinte valor de faturamento do Projeto Melhor Caminho e outros faturamentos por centro de negócio:

Centro de negócio	Valor faturado em 2015
Faturamento Bauru	16.021.863
Faturamento Campinas	18.000.800
Faturamento Presidente Prudente	13.898.617
Faturamento São José do Rio Preto	14.560.175
Total	62.481.455

6) ESTOQUES

	2015	2014
Estoque Sede	36.535	40.151
Estoque Rodados	12.054	26.125
Estoque Bauru	152.660	163.396
Estoque Campinas	199.212	194.077
Estoque São José do Rio preto	141.364	204.791
Estoque Presidente Prudente	31.940	63.859
Total	573.765	692.399

Os estoques estão registrados pelo preço médio de aquisição, inferiores ao custo de reposição.

7) IMPOSTOS A RECUPERAR

	2015	2014
IRRF a compensar	37.801	989.718
PIS/PASEP a recuperar	20.285	53.132
COFINS a recuperar	93.625	245.225
CSLL a compensar	31.208	127.544
INSS a compensar	11	2.380.340
Total	182.930	3.795.959

A rubrica "INSS a compensar" originou-se pela mudança no critério de apuração em ocorrida em fevereiro de 2014. Anteriormente essa contribuição tinha como base a folha de pagamento, considerando uma alíquota de 20% sobre a base. Com a implementação da desoneração, a alíquota passou a ser de 2% sobre a receita bruta. Referido crédito foi compensado no exercício

Continua

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Valores expressos em mil de reais)

	Capital social	Reservas					Prejuízos acumulados	Total
		Recursos para aumento de capital	Recursos especial decreto nº332/91	Doações para investimentos	Ajuste de avaliação patrimonial			
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	100.588.320	1.600.000	786.721	22.295	-	(106.808.152)	(3.810.816)	
Recursos para aumento capital	-	1.225.295	-	(22.295)	-	-	1.203.000	
Ajustes dos exercícios	-	-	-	-	-	731.646	731.646	
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	26.396.717	-	26.396.717	
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	(8.399.096)	(8.399.096)	
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	100.588.320	2.825.295	786.721	-	26.396.717	(114.475.602)	16.121.451	
Recursos para aumento capital	-	3.792.200	-	-	-	-	3.792.200	
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	(17.490.819)	(17.490.819)	
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	100.588.320	6.617.495	786.721	-	26.396.717	(131.966.421)	2.422.832	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

Constitui objeto da companhia: operar em consignação, por conta própria ou por intermédio de terceiros, em atividades de moto mecanização, obras, edificações, serviços de engenharia e infraestrutura, voltados à conservação do solo e da água; à irrigação; à agricultura; à silvicultura; à agropecuária; ao agronegócio e ao desenvolvimento sustentado e conservação do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis, como também em atividades que implementem a política do Governo do Estado de São Paulo e, ainda, celebrar convênios para atingir as metas dos programas instituídos pelo Chefe do Poder Executivo, relacionados com as atividades da Empresa.

2) ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com a NBC T 19.41 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, bem como as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com o CPC PME requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. APURAÇÃO DO RESULTADO: O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. O reconhecimento de receitas se dá de acordo com a medição de execução da obra contra a conta contábil "Serviços executados a faturar". No momento da entrega final da obra, o serviço é faturado e baixado de desta rubrica, concretizando assim o faturamento e o fato gerado da receita. **3.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES:** Não houve transações significativas no patrimônio líquido, em todos os aspectos relevantes, que ocasionassem ajustes que pudessem compor a demonstração de resultados abrangentes.

3.3. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS E JULGAMENTOS: As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas. A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

3.4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria "disponíveis para venda". **3.5. ESTOQUES:** Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras, não excedendo o valor de mercado. Os estoques são compostos por materiais de consumo, representados por peças para manutenção de veículos, máquinas e implementos, combustíveis, lubrificantes e, material de escritório.

3.6. INVESTIMENTOS: Conforme comentado na nota explicativa nº 10, a Companhia possui participações não relevantes no capital de outras empresas públicas, dispensando da apresentação de demonstrações financeiras consolidadas. No exercício de 2014 foram lançadas na rubrica "Ajustes de Avaliação Patrimonial" do patrimônio líquido os valores referentes às propriedades para investimento que totalizaram R\$ 26.396, conforme laudos fornecidos pela Companhia Paulista de Obras e Serviços - CPOS. Referidos laudos apuraram o valor justo dos bens em conformidade com o disposto no CPC 28 - Imobilizado. De acordo com esse pronunciamento, os imóveis que não estão em uso operacional, devem ser mantidos como investimentos, devendo ser registrados a valor justo e, o Conselho Fiscal orientou que se fizesse essa valorização em 2014. Com essa avaliação patrimonial, revertemos uma situação de patrimônio líquido negativa para positiva.

3.7. IMOBILIZADO LÍQUIDO: A Companhia optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído, revisando apenas as taxas de depreciação de acordo com a vida útil dos bens, entendendo que as estimativas utilizadas para seus bens estão adequadas. As depreciações são calculadas de forma linear ao longo da vida útil do ativo e as taxas levam em consideração a vida útil econômica dos bens, acompanhando as taxas normais classificadas por lei fiscal, como segue e conforme nota 11:

Descrição	Prazo
Edifícios	04% ao ano
Computadores e periféricos	20% ao ano
Instalações	10% ao ano
Máquinas e equipamentos	10% ao ano
Veículos	20% ao ano
Veículos Utilitários	25% ao ano
Móveis e utensílios	10% ao ano
Ferramentas e utensílios industriais	10% ao ano
Beneficências em propriedades de terceiros	10% ao ano

3.8. INTANGÍVEL: Os gastos relacionados com a aquisição e implantação de sistemas de informação e licenças para utilização de software são registrados ao custo de aquisição, onde as amortizações são calculadas de forma linear ao longo da vida útil do ativo. **3.9. AJUSTE A VALOR PRESENTE DE ATIVOS E PASSIVOS:** Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subseqüentemente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. Não foram identificados ativos e passivos monetários relevantes que evidenciassem a necessidade de ajustes a valor presente, como determina o CPC nº 12 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **3.10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS:** São atualizados pelas variações monetárias incorridas até a data do balanço e os juros respectivos transcorridos estão provisionados. **3.11. CONTINGÊNCIAS:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas, são efetuados de acordo com os critérios definidos na NBC TG 25, Resolução CFC nº 1.180/09, que apresenta os seguintes conceitos:

Ativos contingentes: Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando a Companhia possui total controle da situação ou quando existam garantias reais ou decisões judiciais definitivas e favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. **Passivos contingentes:** São contabilizados com base na avaliação dos consultores jurídicos da Companhia, levando em consideração a natureza das ações, existência de processos anteriores, posicionamento dos tribunais e complexidade da causa, sempre que a perda for avaliada como provável, e os valores possam ser mensurados com suficiente segurança (quando houver a perspectiva de uma provável saída de recursos da Companhia). Para as perdas classificadas como possíveis, os passivos não são contabilizados, devendo ser divulgados em nota explicativa. As perdas consideradas como remotas não são registradas ou divulgadas. **3.12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros e incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado, são acrescidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. **3.13. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS (CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando for provável que a sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **3.14. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA:** A Empresa apresenta os fluxos de caixa das atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o lucro líquido ou o prejuízo é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento. De acordo com o método indireto, o fluxo de caixa líquido advindo das atividades operacionais é determinado ajustando o lucro líquido ou prejuízo quanto aos efeitos de: i) variações ocorridas no período nos estoques e nas contas operacionais a receber e a pagar; ii) itens que não afetam o caixa, tais como depreciação, provisões, tributos diferidos, ganhos e perdas cambiais não realizados e resultado de equivalência patrimonial, quando aplicável; e iii) todos os outros itens tratados como fluxos de caixa advindos das atividades de investimento e de financiamento.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	2015	2014
Caixa	37.596	40.673
Bancos	6.946.877	2.682.875
Total	6.984.473	2.723.548

	2015	2014
Aplicações Financeiras	89.438,60	1.279.769,45

5) CLIENTES

Clientes (a)	4.524.795	9.763.910
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.3	

Continuação



COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SÃO PAULO

CNPJ 61.585.220/0001-19

Secretaria de Agricultura e Abastecimento de SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

corrente via Dcomp com outros tributos federais CPRB – Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta.

8) CRÉDITOS COM FUNCIONÁRIOS

	2015	2014
Antecipação de Férias	249.779	381.037
Empréstimos - Insuficiência de saldo de salário	10.922	10.922
Outros	22.206	17.268
	282.907	409.227

Os adiantamentos a funcionários são compostos, substancialmente, por empréstimos, antecipação de férias e adiantamentos para despesas de viagens.

9) DEPÓSITOS JUDICIAIS

Referem-se a recursos depositados em juízo para interposição de recursos contra reclamações trabalhistas, empréstimos compulsórios sobre combustíveis e demais atualizações monetárias dos valores em discussão. Sobre o empréstimo compulsório, houve decisão judicial favorável à Companhia para recebimento na forma de precatórios em 10 (dez) parcelas anuais, que serão amortizadas conforme recebimento dos numerários.

10) INVESTIMENTOS

	2015	2014
Propriedades para investimentos	26.549.221	26.549.221
Outros investimentos	58.353	58.353
	26.607.574	26.607.574

Propriedades para investimentos: Desde o exercício de 2012, a Companhia realizando levantamento dos imóveis e de sua situação física e jurídica. Ao longo de 2013, podem-se listar os imóveis que não estão em operação. Sendo assim, esses imóveis foram transferidos da rubrica "Imobilizado"

11) IMOBILIZADO

Saldo em 31/12/2014	Imobilizado líquido		
	Aquisições	Baixas	Depreciação
176.849	-	-	-
055.907	-	-	(1.860.928)
24.947.724	2.099.905	(652.761)	(23.511.781)
1.212.192	10.101	(3)	(1.003.464)
14.207.387	1.069.950	(22.050)	(11.546.188)
1.276.208	1.441	(241)	(966.620)
624.901	124.250	-	(584.080)
841.642	-	-	(743.179)
1.279.625	8.618	-	(1.113.372)
1.576.829	-	-	-
38.625.922	-	(727.049)	(37.898.873)
86.825.186	3.314.265	(1.402.104)	(79.228.485)

12) FORNECEDORES

O saldo de fornecedores no valor de R\$ 18.958 em 2015 (R\$19.221 em 2014) é composto pelas movimentações anuais de inclusão das notas fiscais de compra de mercadorias e baixas pelos pagamentos ao longo do exercício. A movimentação sintética desta rubrica durante o exercício corrente está demonstrada a seguir:

Descrição	2015
(=) Saldo Inicial do Exercício de 2014	19.220.850
(-) Entradas por Compras de Mercadorias	(49.367.277)
(+) Saídas pelas baixas por pagamentos	49.104.314
(=) Saldo Final do Exercício de 2015	18.957.887

13) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2015	2014
Provisão para férias e encargos	3.749.980	3.118.265
INSS sobre folha de pagamento	651.156	706.217
IRRF a Recolher sobre Folha	267.791	279.288
FGTS a Recolher	211.365	148.595
Contribuição Sindical a Pagar	15.162	15.018
INSS a Recolher s/ Receita Bruta	-	1.287.045
Pensão Alimentícia e antecipações a Pagar	33.136	72.776
	4.928.590	5.627.204

O critério para pagamento da folha é o último dia útil do mês. A provisão para encargos de férias dos funcionários foi constituída de acordo com os direitos adquiridos até a data de encerramento do exercício de 2015, acrescidos dos encargos previdenciários e sociais.

14) IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	2015	2014
ISS a Recolher – Clientes	2.209.492	715.796
Cofins a Recolher	559.906	329.667
Pis/Pasep a Recolher	121.313	71.428
ISS a Recolher de Terceiros	37.930	123.534
CSRF a Recolher	23.661	19.245
INSS a Recolher de Terceiros	21.734	1.178
IRRF a Recolher de Terceiros	9.750	9.685
	2.983.786	1.270.533

15) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2015	2014
Acordos trabalhistas e cíveis a pagar	459.699	-
Cauções e valores em garantia	358.055	357.324
Cooperceeres	55.243	17.706
Adiantamentos de clientes	26.786	26.786
Outras contas a pagar	28.906	2.492
	928.689	404.308

Cauções e valores em garantia: A rubrica "Cauções e valores em garantia" está assim constituída em 31 de dezembro de 2015:

Data	Fornecedor	31/12/2015
28/01/2014	Scamatti Seller Infra-Estrutura Ltda.	122.425
31/12/2014	Nilson Laerte Defende ME.	32.160
14/03/2014	Scamatti Seller Infra-Estrutura Ltda.	20.352
31/12/2014	Nilson Laerte Defende ME.	18.960
15/12/2015	Agriis Construtora Ltda	19.070
28/01/2014	Novo Progresso Ltda.	16.820
14/05/2010	Terraplana Orlândia Ltda.	14.930
27/06/2013	Novo Progresso Transporte Ltda.	13.687
25/10/2012	Lotran Locação e Transporte Ltda.	11.970
30/09/2011	Open Plus Serviços Ltda.	10.860
25/06/2013	Sangex Construções Ltda.	14.510
06/05/2010	Transcat Terraplenagem, Construção e Incorporação Ltda	8.243
15/12/2015	MAC Tratores Comércio e Serviços Ltda	7.740
12/11/2013	Comaq Locação de máquinas e equipamentos Ltda.	6.830
04/02/2013	Lotran Locação e Transporte Ltda.	6.351
12/11/2013	Município Itapeva	6.416
28/01/2014	Mult Ambiental Construções Ltda.	10.256
	Outros	16.475
		358.055

16) PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em ações judiciais em processos administrativos, fiscais e trabalhistas em trânsito perante tribunais e órgãos governamentais decorrentes do curso normal de suas operações. A Administração com base nas informações de seus Assessores Jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e com base em experiências anteriores referentes a jurisprudências nos respectivos tribunais e, frente às qualidades reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para

para a rubrica "Investimentos" no exercício de 2014. Segue a lista dos imóveis transferidos para Investimentos e atualizados:

	2013	Correção	Valor Justo 2014
Terrenos			
Lins	8.358	572.591	580.949
Marília	27.946	5.044.054	5.072.000
São Manoel	6.666	309.326	315.992
Bragança Paulista	32.319	8.825.681	8.858.000
Guaratingueta	4.643	2.206.809	2.211.452
Casa Branca	5.619	1.248.381	1.254.000
Andradina	1.158	1.257.842	1.259.000
Fernandópolis	2.248	4.497.752	4.500.000
Araçatuba	5.732	1.664.268	1.670.000
Andradina	13.265	302.735	316.000
Cerqueira Cezar	946	25.681	26.627
Itatinga	12.085	334.955	347.040
Santa Ernestina	5.357	106.643	112.000
Jau	12.135	-	12.135
Mogi das Cruzes	4.739	-	4.739
Franca	9.287	-	9.287
	152.503	26.396.718	26.549.221

De acordo com o CPC 28 - Imobilizado, imóveis que não estão em uso operacional, devem ser mantidos como Investimentos, sendo que sua valorização deve ser respaldada por laudo técnico específico. Tendo em vista as dificuldades financeiras que a Companhia vem enfrentando, para o encerramento do exercício de 2015, não foram obtidos laudos técnicos atualizados para esses imóveis.

	2015	2014
Ação cível - Atrium	31.090.404	27.464.615
(iniciada em janeiro de 2014)		
Ações trabalhistas em fase de execução	5.997.746	6.885.791
Ações cíveis indenizatórias em fase de execução	-	824.861
	37.088.150	35.175.267

cobrir prováveis perdas estimadas com as ações em curso. Em 31 de dezembro de 2015 a provisão está assim constituída:

	2015	2014
Ação cível - Atrium		
(iniciada em janeiro de 2014)		
Ações trabalhistas em fase de execução	5.997.746	6.885.791
Ações cíveis indenizatórias em fase de execução	-	824.861
	37.088.150	35.175.267

Ação cível - Atrium: Em 1983 foi constituída uma sociedade em conta de participação para o projeto de reflorestamento no Horto Florestal de Cajuru, ficando a CODASP como sócia ostensiva. A Atrium Participações, Consultoria e Adm. Ltda. avaliou e adquiriu em 2000 os certificados de participação em reflorestamento da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo - IMESP, que era sócia oculta do empreendimento. Na época a CODASP não prestou conta aos investidores como também não manteve registros contábeis do empreendimento, sendo que a ATRIUM Participações ajuizou ação de indenização sobre o reflorestamento em 2003. Existe indicação da Assessoria Jurídica da CODASP e da Procuradoria Geral do Estado no sentido de entabular-se um acordo com a credora. O valor da dívida, atualizado até o final de 2015 é de R\$ 31.090.404. Existe outra ação promovida pela ATRIUM que tem por objeto a participação no empreendimento Fazenda Monte Alegre II. A CODASP perdeu a ação em primeira instância, mas reverteu integralmente a sentença em segunda instância. O valor da condenação poderia alcançar R\$ 2.000. Os valores relativos a essa demanda são atualizados monetariamente a cada encerramento de exercício. **Processos de natureza trabalhista:** Constam inúmeros processos trabalhistas em andamento, cujos temas versam sobre adicionais de periculosidade, insalubridade, horas extras, vínculo empregatício e verbas rescisórias. Há ações classificadas como provável risco de perda e em execução, totalizando um valor de R\$ 1.048 e a parcela maior de possíveis execuções no valor de R\$ 4.950, onde seja por estarem em fase inicial do processo ou não, foram atualizadas monetariamente por julgamento de valor e índices de cálculos complexos, de acordo com nossa assessoria jurídica. Para todas as ações em fase de execução, foi complementada a provisão existente totalizando o valor de R\$ 5.998.

17) PATIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O Capital Social registrado no valor de R\$ 100.588.320 em 31 de dezembro de 2015 é composto por 18.780.945.481.834 ações ordinárias, sem valor nominal. **b) Recursos para aumento de capital:** A composição dos recursos para aumento de capital estava distribuída da seguinte forma até o exercício do ano de 2015:

Descrição	31/12/2015
Doações para investimento	22.295
2011	1.600.000
2014 e 2015	4.995.200
	6.617.495

Para o exercício de 2014 e 2015 foi reservado recurso no montante de R\$ 4.995.200 para completar o Aporte do Tesouro do Estado de São Paulo em R\$ 6.617.495. **c) Ajuste de avaliação patrimonial:** Essa classificação foi proveniente das valorizações dos imóveis da Codasp, constituída do trabalho de avaliação com Laudos Técnicos aprovados pelo Conselho de Administração CA e Ata lavrada no mês de Julho de 2014, discutida e conciliada com o conselho Fiscal, com papéis avulsos e anexos aos demonstrativos financeiros do mesmo mês, onde, baseado nas normas e Pronunciamentos contábeis ao CPC 27, houve o equilíbrio da conta do Patrimônio Líquido e em contra partida o aumento da conta dos investimentos em Imóveis no grupo do Passivo Não Circulante, no valor de R\$ 26.396.717 de acordo com a nota explicativa nº10

18) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2015	2014
Receita bruta		
Projeto Melhor Caminho	52.267.531	81.467.788
Secretaria Adm. Penitenciária	3.943.308	21.806.174
ITESP	2.749.669	6.113.555
APTA	2.076.529	1.441.116
Outros Serviços	786.171	1.444.361
INCRA	658.247	13.742.858
	62.481.455	126.015.852
Impostos		
COFINS	(2.237.531)	(3.865.145)
ISS	(2.021.762)	(3.012.242)
INSS s/ FATURAMENTO	(1.118.416)	(2.422.037)
PIS/PASEP	(484.798)	(837.448)
	(5.862.507)	(10.136.872)
	56.618.948	115.878.980

19) CUSTOS

	2015	2014
Custo de Pessoal	22.997.446	21.595.651
Custos do Serviço	26.240.276	72.825.064
Custo de Depreciação	2.845.837	1.822.194
	52.083.559	96.242.909

20) DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2015	2014
Custo de pessoal administrativo	(12.459.082)	(11.695.603)
Despesas gerais e administrativas	(10.179.092)	(12.631.963)
Despesas de depreciação	(857.220)	(733.607)
Outras despesas operacionais	-	(12.237.492)
Ganho (perda) na venda de ativo imobilizado	507.105	2.451.632
Despesas Financeiras	-	(205.005)
	(22.988.289)	(35.052.038)

21) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	2015	2014
Outras despesas operacionais	(4.670.369)	-
Outras receitas operacionais	906.267	1.879.162
Reversão de Provisão	2.441.843	111.131
Receita com Consórcio	2.479.991	4.833.326
	1.157.732	6.823.619

22) RESULTADO FINANCEIRO

	2015	2014
Receitas financeiras	128.165	193.251
Despesas financeiras	(323.816)	-
	(195.651)	193.251

O resultado financeiro do ano de 2015 é o resultado das despesas financeiras de R\$ 323.816,47 que é composto pelo movimento das rubricas: taxas bancárias; descontos concedidos; multas compensatórias e punitivas, juros sobre tributos e passivos financeiros. Em contrapartida R\$ 128.165,80, totalizando rubricas com: correção monetária, multa, juros ativos e recuperações de despesas.

23) CARGOS E SALÁRIOS

A CODASP possui um Quadro de Pessoal aprovado pelo Governador em 30.09.2009 de 499 posições sendo 12 cargos de confiança (livre provimento) e 487 cargos permanentes. O Plano de Cargos, Carreiras e Salários vigente foi aprovado em 1998, com falhas de temporalidade e legalidade. O novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários foi elaborado por esta diretoria, com assessoria da FUNDAÇÃO e aprovado pelo Conselho de Administração. Propõem-se a reequilibrar os cargos dos empregados diante do perfil de atividades desenvolvidas na CODASP, além de corrigir e evitar distorções no quadro de pessoal. Essa mudança é de fundamental importância para se fazer cumprir aspectos legais e atender recomendações de órgãos fiscalizadores (Tribunal de Contas do Estado, Secretaria da Fazenda e Corregedoria do Estado de São Paulo). Em 06 de setembro de 2012 a CODASP encaminhou ofício à Secretaria da Fazenda, com vistas ao CODEC/CEDEC, com o pleito sobre readequação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários, justificativas e demais documentações pertinentes. Foram feitas várias reuniões com o CEDEC em 2013 e o Plano voltou para a CODASP no final do ano para novas readequações. Em 02 de abril de 2014, além das readequações solicitadas, atualizamos todas as tabelas salariais e de impacto e os processos seguiram ao CODEC via SAA e em 26 de junho de 2014, a SAA retornou todos os processos à CODASP, em razão do ofício 104/GS/CODEC, a Diretoria CODASP solicita aguardar o encaminhamento do pleito.

24) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, que se restringem às aplicações financeiras em condições normais de mercado, estando todos estes reconhecidos nas demonstrações financeiras, os quais se destinam a atender as suas necessidades operacionais e a reduzir a exposição a riscos de crédito e de taxa de juros. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e minimização de riscos: **a) Gerenciamento de riscos:** A Companhia restringe a exposição a riscos de crédito associados a bancos e a caixa e equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo. Com relação às contas a receber, a Companhia restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio de vendas de serviços para a Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo e para Prefeituras, nos quais por serem empresas públicas os créditos são garantidos. Para os casos de inadimplência, a Administração mantém provisão que considera suficiente para eventuais perdas na recuperação de seus recebíveis. **b) Valorização dos instrumentos financeiros:** Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização: **(i) Caixa e equivalentes de caixa -** O valor de mercado desses ativos não difere dos valores apresentados nas demonstrações financeiras (Nota 3). As taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado. **(ii) Empréstimos e financiamentos -** Quando na ocorrência de empréstimos e/ou financiamentos para aquisição de imobilizado são registrados com base nos juros contratuais de cada operação e foram designados pelo valor justo em contrapartida de resultado. **c) Operações com derivativos:** A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos e não possui quaisquer operações de Swap ou similares.

25) COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

Assinam abaixo: Diretor Presidente, Diretor de Operações, Contador.

TOSHIO MISATO

Diretor Presidente

ADMILSON SOARES PORTO

Contador



COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SÃO PAULO

CNPJ 61.585.220/0001-19

Secretaria de Agricultura e Abastecimento de SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES (Valores expressos em milhares de Reais)

Aos acionistas e administradores da **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SÃO PAULO – CODASP** São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SÃO PAULO (“CODASP” ou “COMPANHIA”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequação apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequação apresentação das demonstrações financeiras da Empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para conclusão com ressalvas

Propriedades para investimentos
Conforme descrito nas notas explicativas 3.6 e 10, a Companhia procedeu, em 31 de dezembro de 2014, baseado em laudos emitidos pela Companhia Paulista de Obras e Serviços – CPOS no exercício de 2013, à contabilização do valor justo dos seus imóveis não operacionais como Propriedade para Investimentos, em atendimento ao pronunciamento contábil CPC 28 – Propriedade para Investimentos, gerando uma mais valia de R\$26.397 contabilizada em contrapartida na rubrica de Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido. Conforme determina aquele pronunciamento, uma vez que a Companhia optou pela contabilização do valor justo das suas Propriedade para Investimentos, tal procedimento deve ser revisado pelo menos anualmente, por ocasião da emissão das demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia optou por não realizar tal procedimento.

Em decorrência da falta do procedimento, não nos foi possível concluir quanto à razoabilidade dos saldos das Propriedades para Investimentos, cujo saldo em 31 de dezembro de 2015 era de R\$26.549.

Ativo imobilizado

A Companhia não efetuou análise documental de revisão do valor residual e da vida útil dos bens de seus ativos imobilizado, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado e o teste de recuperação dos ativos, também conhecido como impairment test, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos. Especialmente pelo fato da Companhia ter auferido prejuízos operacionais nos últimos exercícios, não foi possível efetuarmos procedimentos alternativos de auditoria que nos possibilitassem concluir sobre a adequação do montante de R\$9.509 (R\$9.828 em 31 de dezembro de 2014) apresentado na rubrica "Imobilizado", nem sobre os efeitos de depreciação acumulada em 31 de dezembro de 2015.

Opinião

Em nossa opinião, exceto quanto aos assuntos mencionados no parágrafo "Base para conclusão com ressalvas", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SÃO PAULO** em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de

suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Contas a receber

A Companhia possui em 31 de dezembro de 2015 R\$7.607 a receber do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, contabilizados na rubrica Clientes, no ativo não circulante, cujos saldos estão pendentes de recebimento desde as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014. A administração da Companhia vem enviando esforços, através da esfera administrativa, visando ao recebimento de tais montantes e nenhuma provisão foi constituída para fazer face a um possível não recebimento de tais montantes.

Adicionalmente, a Companhia possui R\$7.950 em 31 de dezembro de 2015 (R\$7.404 em 31 de dezembro de 2014) em precatórios a receber junto a algumas prefeituras, na rubrica Clientes, no ativo não circulante, os quais já estão transitados em julgado e com ofícios requisitórios. Entretanto, dado a morosidade dos procedimentos de pagamentos de precatórios pelas entidades públicas, não há uma previsão de data de recebimento destes montantes.

Continuidade operacional

A Companhia vem auferindo prejuízos operacionais nos últimos exercícios, que culminou em prejuízos acumulados de R\$131.966 em 31 de dezembro de 2015 (R\$114.476 em 31 de dezembro de 2014). As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com o pressuposto de continuidade normal das atividades operacionais. Para tanto, sua administração precisa envolver esforços, especialmente no sentido de adequação das despesas em face das receitas da Companhia, assim como buscar novas fontes de recursos, seja através de outras fontes de receitas e/ou aporte de seus controladores.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outros auditores, cujo parecer datado em 18 de março de 2015, continha ressalva quanto aos valores registrados no ativo imobilizado, no montante de R\$9.828.

São Paulo, 14 de março de 2016.

Fábio Roberto Benvindo – Sócio-diretor

CRC 1SP255684/O-3

Verdus Auditores Independentes - CRC 2SP027296/O-2

WT SP PATRIMONIAL S.A.

C.N.P.J./M.F. nº 03.712.566/0001-34

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: submetemos a sua apreciação, as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, colocando-nos à disposição para eventuais esclarecimentos. **A Diretoria**

Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 - (Em milhares de reais)				
	2015	2014	2015	2014
Ativo				
Circulante	56.327	59.900	1.069	1.224
Caixa e equivalentes de caixa	55.027	58.658	47	91
Contas a receber	1.290	1.242	226	554
Impostos a recuperar	10	-	668	383
Não Circulante	17.633	28.254	128	179
Realizável a Longo Prazo	-	9.351	-	17
Partes relacionadas	-	9.351	-	-
Imobilizado	17.633	18.903	3.524	3.524
Total do Ativo	73.960	88.154	69.367	83.287
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 - (Em milhares de reais)				
	Capital Social	Reservas Acumuladas	Lucros (Prejuízos)	Total
Em 31 de Dezembro de 2013	65.400	-	6.304	71.704
Aumento de capital	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	14.583	14.583	14.583
Dividendos	-	(3.000)	(3.000)	(3.000)
Em 31 de Dezembro de 2014	65.400	-	17.887	83.287
Aumento de capital	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	1.654	31.425	33.079
Dividendos	-	-	(47.000)	(47.000)
Em 31 de Dezembro de 2015	65.400	1.654	2.313	69.367

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

1. Contexto operacional: A Companhia tem por objeto social a incorporação de empreendimentos imobiliários, e a administração de bens, empreendimentos ou negócios exclusivamente próprios. **2. Apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **3. Principais práticas contábeis:** O resumo das principais práticas contábeis adotadas pelo grupo é como segue: a) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras da Sociedade são mensuradas usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras da Sociedade foram elaboradas tendo como moeda funcional e de apresentação o real (R\$). b) Circulante e não circulante: os ativos e passivos são classificados como circulantes, quando sua realização ou liquidação provável ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. c) Caixa e equivalentes de caixa: Incluem caixa, saldos positivos em contagem, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. d) Contas a receber: São contabilizadas pelo valor justo da contraprestação a ser recebida, sendo deduzidas as perdas em crédito de liquidação duvidosa, quando aplicável. e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa: a provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber. f) Imobilizado: Está demonstrado ao custo

de aquisição, deduzido da depreciação e amortização acumuladas, calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas de acordo com a vida útil dos bens. g) Imposto de renda e contribuição social: Conforme facultado pela legislação tributária, a Sociedade optou pelo regime de lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda é determinada à razão de 8% (vendas) e 32% (prestação de serviços e/ou locações), a da contribuição social à razão de 12% (vendas) e 32% (prestação de serviços e/ou locações), acrescendo-se em ambas 100% das demais receitas e ganhos de capital auferidos. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os Lucros que excederem a R\$ 60 mil no trimestre, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o Lucro tributável. h) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes): Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial, quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial, quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. i) Apuração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. **4. Patrimônio líquido:** a) Capital social: em 31 de dezembro de 2015, o capital social totalmente integralizado monta R\$ 65.400.196,00, representado por 65.400.196 ações ordinárias nominativas no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma. b) Reservas de lucros: corresponde ao Lucro remanescente, após a destinação para a reserva legal, compensação de prejuízos e a distribuição dos dividendos. **5. Instrumentos financeiros:** A Sociedade entende que o valor contábil dos instrumentos financeiros equivale ao seu valor de mercado. A Empresa participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e a reduzir a exposição a riscos de crédito, de taxa de juros e de moeda, quando possível e aplicável. A partir de setembro de 2013, a Empresa passou a restringir sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e aplicações financeiras, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo. A Empresa manteve até setembro de 2013, investimentos em títulos de renda fixa junto ao Banco Cruzeiro do Sul. Esta instituição financeira encontra-se em processo de liquidação extrajudicial. A Administração da Entidade efetuou provisão para perda desses valores, uma vez que os saldos não possuem cobertura total pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC).

Demonstração dos Resultados para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 - (Em milhares de reais)		
	2015	2014
Receita Operacional Líquida	14.825	14.234
(Despesas) Receitas Operacionais		
Administrativas e gerais	(155)	(58)
Encargos de depreciação	(1.269)	(1.269)
Outras despesas operacionais (Inclui reversão de provisões)	15.032	(2)
(Prejuízo) Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	28.433	12.905
Resultado Financeiro Líquido		
Receitas financeiras	9.848	4.681
Despesas financeiras	(14)	(24)
	9.834	4.657
(Prejuízo) Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	38.268	17.562
Imposto de Renda e Contribuição Social		
Imposto de renda	(3.859)	(2.132)
Contribuição social	(1.329)	(847)
	(5.188)	(2.979)
(Prejuízo) Lucro Líquido do Exercício	33.079	14.583
(Prejuízo) Lucro por ação do capital social (em reais)	0,51	0,22

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 - (Em milhares de reais)		
	2015	2014
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	2015	2014
(Prejuízo) lucro do exercício	33.079	14.583
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		
Encargos de depreciação	1.269	1.269
Diminuição (aumento) nos ativos operacionais	(48)	(67)
Contas a receber	(10)	-
Impostos a recuperar	-	-
Aumento (diminuição) nos passivos operacionais		
Obrigações fiscais, imposto de renda e contribuição social	(86)	297
Parcelamentos fiscais	(170)	(150)
Cauções e outras	(16)	3.541
Caixa Gerado nas Atividades Operacionais	34.018	19.473
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Pagamento de dividendos	(47.000)	(3.000)
Partes relacionadas	9.351	-
Caixa Gerado (Aplicado) nas Atividades de Financiamento	(37.649)	(3.000)
Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	(3.631)	16.473
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	58.658	42.185
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	55.027	58.658
	(3.631)	16.473

Diretoria
Elisa da Silva Dias - Presidente
Regina Maria da Silva Dias - Diretora
Valce Teófilo dos Santos - CRC 1SP 165.212/O-3

CPX Brasil Mineração e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 13.633.384/0001-21 – NIRE 35.300.415.337

Relatório de Administração

Em cumprimento aos dispositivos legais e estatutários, submetemos à apreciação dos Acionistas as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício encerrado em 31/12/2015. A Companhia permanece à inteira disposição dos Srs. Acionistas para prestar-lhes quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. São Paulo, 01 de abril de 2016.

Rodrigo Ferreira Lara – Presidente do Conselho de Administração

Balancos Patrimoniais encerrados em 31/12/2015 e de 2014 (Valores expressos em Reais)				
	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Ativo				
Circulante	2.638.478	10.624.219	3.109.902	10.789.907
Caixa e equivalentes de caixa	2.638.478	10.624.219	3.109.902	10.789.907
Contas a receber	-	-	-	-
Impostos a recuperar	-	-	-	-
Não Circulante	17.884.098	15.900.853	17.677.734	17.357.689
Total do Ativo	20.522.576	26.525.072	20.787.636	28.147.596
Demonstrativos de Fluxo de Caixa				
	Controladora	Consolidado		
	2015	2014	2015	2014
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais (3.094.898)	(3.480.330)	(6.593.156)	(12.435.230)	
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	3.097.148	2.417.108	6.846.095	11.276.910
Integralização de capital	-	174.062	2.921	186.066
Caixa gerado nas atividades de financiamentos	-	174.062	2.921	186.066
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	2.250	(889.160)	255.860	(972.254)
No final do exercício	93.886	91.636	417.332	161.472
No início do exercício	91.636	980.796	161.472	1.133.726
Passivo				
Circulante	242.051	218.998	424.923	1.762.255
Total do patrimônio líquido	20.280.525	26.306.074	20.362.713	26.385.341
Total do passivo e patrimônio líquido	20.522.576	26.525.072	20.787.636	28.147.596
Demonstrativos de Permutação do Patrimônio Líquido				
	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido total	
Em 31/12/2013	47.493.201	(14.075.446)	33.417.755	
Subscrição de capital	186.066	-	186.066	
Prejuízo do exercício	-	(7.218.480)	(7.218.480)	
Em 31/12/2014	47.679.267	(21.293.926)	26.385.341	
Subscrição de capital	2.921	-	2.921	
Prejuízo do exercício	-	(6.025.549)	(6.025.549)	
Em 31/12/2015	47.682.188	(27.319.475)	20.362.713	

Demonstrativos de Resultado				
	Controladora		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
Operações continuadas				
Despesas gerais e administrativas	(2.973.799)	(3.210.478)	(6.352.204)	(8.703.744)
Resultado de equivalência patrimonial	(3.883.365)	(5.677.856)	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas	-	-	-	7.952
Prejuízo Operacional	(6.857.164)	(8.888.334)	(6.344.252)	(8.703.744)
Resultado Financeiro	831.615	1.669.854	320.497	1.660.058
Operações descontinuadas	-	-	(1.794)	(174.794)
Prejuízo do exercício	(6.025.549)	(7.218.480)	(6.025.549)	(7.218.480)
A Diretoria				
Marcos Rosenbaum				
Contador CRC nº 1SP 187.425/O-9				

As notas explicativas da administração são parte integral das demonstrações financeiras, as quais estão à disposição na sede da Companhia.